


Contabilidade inclusiva: uma necessidade especial

Ranylson de Sá Barreto Neto*

Vivemos um momento de inegáveis mudanças e transformações, de muitas instabilidades, mas também de muitas oportunidades. Em momentos de crise, ressaltam-se as deficiências de todas as ordens, sobretudo as facultadas ao homem. Contudo os ditos "deficientes" cada vez mais estão ocupando (ou reocupando) o lugar que lhes pertence por direito: a "normalidade" social. Para essa constatação, não é preciso ir muito longe, basta lançar um olhar sobre a literatura, música, esportes, ciências e demais campos de atuação cultural e científica da humanidade para depararmos com muitos dos ditos "deficientes", em evidência, apesar de excluídos socialmente. Nas últimas Olimpíadas¹, nossos atletas paraolímpicos ganharam mais medalhas, de ouro e prata, dos que os atletas "normais". Então me pergunto: O que é a normalidade?

Como todo processo social, a educação também acontece de forma gradativa. Sendo assim, para que a tão sonhada "inclusão socioeducacional" aconteça, é necessário paciência e ação. Uma vez que a inclusão dos "portadores de necessidades especiais" ocorre nos vários espaços de socialização do homem (teatros, cinemas, restaurantes), é hora de os "bancos escolares" se permitirem cumprir o dever social de tornar a educação acessível a todos. Lanço, então, algumas reflexões sobre o ensino (sobretudo o superior) da Contabilidade no cenário dos ditos "deficientes", isto é, dos indivíduos "portadores de necessidades especiais".

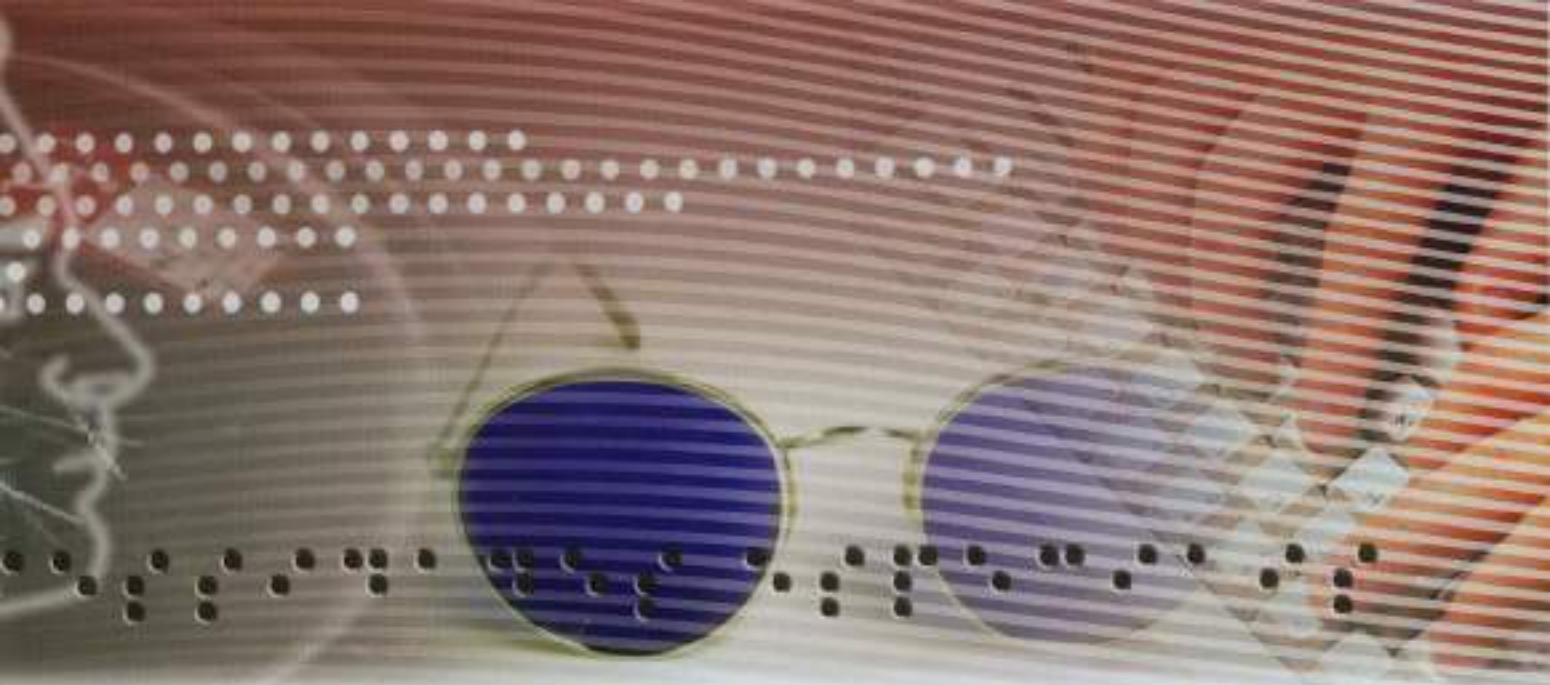
Este trabalho não pretende revolucionar o ensino, mas tem o compromisso de ser um instrumento de "fazer pensar" sobre um novo enfoque da Contabilidade: A "Contabilidade inclusiva". Nessas reflexões, aponto diretrizes para fomentar o ensino superior de Contabilidade de forma didaticamente eficiente, soberanamente imprescindível e socialmente justa e responsável.



"A deficiência é uma dentre todas as possibilidades do ser humano e daí deve ser considerada, mesmo se as suas causas e conseqüências se modificarem, como um fato natural que nós mostramos e de que falamos, do mesmo modo que o fazemos em relação a todas as outras potencialidades humanas" (UNESCO)

Segundo BARTALOTTI (2001), a INCLUSÃO baseia-se na crença de que a diversidade é parte da natureza humana. No âmbito educacional a inclusão deve acontecer a partir de um projeto coletivo que proponha uma reformulação da ambientação físico-pedagógica do ensino.

Entendendo a Contabilidade como ciência social e instrumento auxiliar e indispensável para a construção de um país mais justo, igualitário e democrático, faço algumas reflexões concernentes ao seu papel solidário. Não obstante, toma-se fundamental diferenciarmos assistência social (solidariedade) de assistencialismo. O primeiro objetiva municiar o indivíduo com recursos mínimos necessários para seu soerguimento, seja ele moral, intelectual ou mesmo físico, atribuindo-lhe condições para sua independência. Já o segundo visa tão-somente o atendimento de necessidades imediatas, gerando dependência do assistido em relação ao assistente.



Nesse contexto social, lanço mão da ciência contábil sob a égide da educação inclusiva, para que seja possível desenvolver oportunidades pessoais aos "portadores de necessidades especiais", levando-se em consideração suas limitações e habilidades, sem esquecer, contudo, que o ser humano é dotado de uma condição de aprendizado ilimitado.

A preocupação em formatar técnicas eficientes para o ensino de "portadores de necessidades especiais", antes mesmo de ser uma iniciativa solidária – como é o foco primeiro deste trabalho – é consequência de determinação legal, sustentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹, que garante - aos educandos com necessidades especiais - currículos, educadores e demais mecanismos do organismo educacional, para que sejam atendidas suas necessidades, inclusive a dos superdotados. É preciso, e urgente, ampliar este panorama, fazendo com que a inclusão aconteça, também, no ensino superior. Enquanto a legislação amadurece e se desenvolve, tornando-se mais justa, educadores necessitam – antes mesmo de se prepararem para tanto – conhecer os atores envolvidos no processo.

Metodologia

Uma série de indagações invade meus pensamentos... Como pretendo educa-

dor que sou, sempre me questioneei sobre qual é o real sentido da educação inclusiva. Como perceber e tratar as diferenças? Em que grau de maturidade encontram-se os processos pedagógicos voltados para a educação inclusiva? Como viabilizar o ensino da Contabilidade em um cenário de exclusão?

Para dirimir essas minhas indagações, procurei nortear meu estudo nos autores pesquisados de forma a fazer um esboço teórico visando uma adequação prática. Ficou eleito, como sendo o método para o desenvolvimento deste trabalho, uma análise crítico-interpretativa.

Em outro trabalho de minha autoria "O Ensino Superior de Contabilidade: Reflexões para o 3º milênio"², fiz referência a este tema, detalhando alguns tipos velados de exclusão sociopedagógicas:

(...) Grande parte dos professores se relaciona com os dois grupos como se fossem um único grande grupo de técnicos em contabilidade ou de conhecedores do assunto e, agindo assim, direcionam, muitas vezes de forma inconsciente, sua metodologia de ensino, grade curricular, material didático e demais elementos de apoio ao aprendizado para o primeiro grupamento, deixando o outro em segunda plano. Esta postura leva os alunos a ter extremas dificuldades de absorção,

sensação de incapacidade e descompasso com os outros colegas de curso." SÁ BARRETO (2001)

Essas considerações reforçam meu entendimento em relação ao tema, em que uma dificuldade de acompanhamento do conteúdo de uma disciplina específica – CONTABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA, por exemplo - dada a sua natureza dinâmica que requer constante atualização, pode fazer com que um educando regular desenvolva uma "necessidade especial" que não guarda, em sua origem, nenhuma deficiência psicoorgânica, e, sim, de natureza meramente didática.

Nesse cenário de pesquisas, revisões e interpretações, a análise crítica produziu frutos, fomentou raciocínios e me permitiu estabelecer teorias aplicáveis ao contexto inclusivo, no ensino da Contabilidade.

Diagnóstico e classificação

A OMS – Organização Mundial de Saúde estima que 10% da população mundial tem "necessidades especiais". No Brasil, seriam então aproximadamente 15 milhões de pessoas (MEC³). Para melhor adequação do processo ensino-aprendizagem, direcionado ao "portador de necessidade especial", é necessário que se faça um diagnóstico de suas

limitações, suas habilidades e potenciais. É necessário também que se utilizem técnicas e recursos adequados ao ambiente inclusivo.

Esse diagnóstico deverá apoiar-se em investigação médica, onde será indicada a natureza da "necessidade especial" do educando, para que melhor se direcione sua inclusão no processo educacional.

Uma vez contextualizada a "necessidade especial", invoco alguns dos principais autores, que abordam o ensino inclusivo. Fundamentado em seus estudos, proponho uma adaptação das técnicas pedagógicas, buscando uma aderência ao ensino superior de Contabilidade.

Revisão bibliográfica

Segundo nos explica GALLIANO (1986): "Pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando resolver um problema ou adquirir novos conhecimentos a partir de informações publicadas em livros ou documentos similares (catálogos, folhetos, artigos etc.). Seu objetivo é o de desvendar, recolher e analisar as principais contribuições teóricas sobre um determinado fato, assunto ou idéia".

"As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos..." (MANTOAN, 1997)

Para que uma escola, método ou sistema educacional possam ser considerados como inclusivos, não basta amontar as "educandos especiais" em um canto da entidade educadora e alardear uma postura inclusiva. É necessário muito mais do que isso. A complexidade desse processo passa por um currículo sustentado por recursos didáticos e humanos compatíveis, resultando em uma educação eficaz. Nesse sentido, a instituição deve permitir que todos os educandos – sejam estes "portadores de necessidades especiais" ou não – tenham acesso a um currículo básico que lhes permita o acesso a uma educação de qualidade.

As estatísticas demonstram a timidez com que a questão da educação inclusiva é tratada no Brasil. No período 1998-2000⁶, ocorreu um aumento de 14% no número de estabelecimentos que admitem alunos como "portadores de necessidades especiais" em classes com os demais alunos.

Os dados revelam que a infra-estrutura, para receber esses educandos, ainda é inadequada. Faltam salas com recursos específicos para cada tipo de deficiência, bem como formação especializada para os professores.

Segundo informações publicadas no jornal "Folha de São Paulo", do dia 29/07/2001, as Faculdades FMU, PUC e DOMUS (todas de São Paulo) já oferecem intérpretes para alunos surdos. Este fato demonstra que a educação inclusiva não é apenas um sonho.

O educador inclusivo – minimizando impactos

Não basta que a instituição seja inclusiva; é necessário que o educador seja e esteja em condições de se apresentar de forma socialmente abrangente, contemplando a necessidade de todos, permitindo-se flexibilizar conceitos outrora rígidos, adaptando-se à nova realidade da educação social. Para ilustrar esta recomendação, elegi algumas posturas do educador:

- Ter como principal habilidade a criatividade, haja vista que o trato com educandos especiais requer improviso e adaptação de técnicas e métodos.
- Apoiar-se em atividades cooperativas e participativas, minimizando aquelas competitivas. Desta forma, o espírito de grupo é reforçado e as diferenças são atenuadas.
- Adotar um sistema de avaliação flexível e, quando possível, específico para cada tipo de limitação. O Conselho Nacional de Educação determina que se leve em conta as necessidades que cada educando conseguir desenvolver.
- Fomentar a realização de tarefas em grupo, evitando as atividades individuais.

A realização de uma prática pedagógica inclusiva não admite a instituição monolítica e inflexível, é preciso uma sinergia entre ESCOLA-EDUCADOR-EDUCANDO, promovendo as atividades básicas, curriculares e extracurriculares, prevendo sistemas de apoio auxiliares capazes de se adaptarem rapidamente às evoluções ("involuções" ou processo estacionário) dos educandos. Cabe, portanto, ao educador ser o catalisador deste fenômeno socioeducacional, promovendo a interação entre as partes, zelando pelo sucesso do sistema como um todo.



Currículo inclusivo: intervenção pedagógica do professor

Com base nas considerações de MORGADO (1999), é recomendada que a ação dos educadores – voltada para os educandos especiais – esteja subsidiada por adaptações curriculares, satisfatoriamente adaptadas, objetivando garantir que o conteúdo e o direcionamento estejam adequados aos educandos com necessidades especiais.

O projeto pedagógico do professor inclusivo deve abordar questões relativas à seleção das técnicas, avaliação do conteúdo, formação de grupos afins e facilitação de recursos visuais, gestuais, verbais, em conformidade com a necessidade de cada educando.

Para que a aplicação do currículo seja satisfatória, não basta apenas remodelá-lo, é preciso oferecer meios para a sua implementação. É necessário preparar os educandos para absorver o conteúdo. Após algumas etapas de adaptação, é possível colocar o educando em classe regular, conforme ilustrado abaixo:

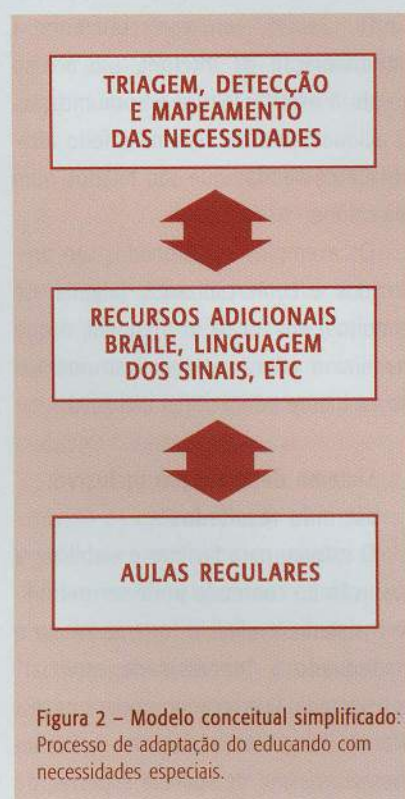


Figura 2 – Modelo conceitual simplificado: Processo de adaptação do educando com necessidades especiais.

Todo educador seriamente envolvido com a educação (inclusiva ou não) deveria inspecionar as idéias de FREIRE (1979), quando sinaliza que a transformação social passa necessariamente pela educação do indivíduo, tornando-o apto a exercer um papel socialmente ativo, pautado no compromisso de todos, visando o bem-estar geral. Em concordância com suas idéias, acrescento que o professor deve ser um pedagogo por excelência, um educador, enfim um comprometido com a mudança. Isso faz com que o próprio educador se inclua no processo, evitando, desta forma, a exclusão inconsciente a que muitos se submetem, por não serem capazes de sondar o íntimo do educando e o íntimo de si mesmos.

Contabilidade inclusiva: sugestão pedagógico-contábeis⁷

A Contabilidade possui interconexões variadas, é uma ciência multidisciplinar e seu ensino requer o intercâmbio com diversos ramos do conhecimento humano. Dada a sua amplitude e riqueza, enquanto ciência, requer que o educador, ao deparar com educandos “portadores de necessidades especiais”, posicione-se de forma pró-ativa, categorizando direcionamentos facilitadores do processo ensinar-aprender.

A essas considerações, faço alguns apontamentos práticos que levam o educador a uma performance satisfatória no ambiente educativo, de acordo com a natureza da necessidade especial a ser atendida.

Limitação auditiva⁸

Neste caso, o problema básico é a comunicação. Preferencialmente este tipo de aluno deve colocar-se o mais próximo possível do educador. Muitos desses educandos possuem a habilidade de leitura labial, portanto colegas e educador

devem falar o mais pausadamente possível, evitando voltar-se de costas para o mesmo. Recurso como a prótese auditiva – sempre que aplicável – é instrumento facilitador.

Outro aspecto importante é fornecer ao educando um vocabulário específico da Contabilidade para que, quando o educador usar expressões como “CONTRAPARTIDA”, “CAPACIDADE DE GERAR CAIXA”, “RESTOS A PAGAR”, “DISPONIBILIDADES”, “EXIGIBILIDADES” e outras, o educando, “portador de necessidades especiais”, consiga assimilá-las; o que não se deve é impor barreiras que possam dificultar sua aprendizagem.

É sempre recomendável fornecer previamente algum material impresso relativo ao tema a ser tratado na aula seguinte. Um “BALANÇO PATRIMONIAL” ou uma “DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO” serão muito mais bem compreendidos, se forem visualizados em papel ou em outros meios adequados.

Nos conteúdos mais complexos ou predominantemente teóricos – como é o caso das disciplinas “ÉTICA” e “TEORIA DA CONTABILIDADE”, é recomendado o uso de intérpretes (LIBRAS - linguagem dos sinais).

O educador deve, ainda, abusar da linguagem gestual que facilita a conexão de idéias e assimilação do conteúdo apresentado.

Limitação Visual⁹

A primeira regra é não permitir a frustração prévia em função da deficiência visual do educando. Na mesma proporção em que restringe, esse tipo de limitação permite ao educando desenvolver outras habilidades perceptivas. Portanto, não se deve, em nenhum momento, subestimar sua capacidade de assimilação.

O material didático a ser usado no decorrer do curso, tal como apostilas, resumos, artigos e demais instrumentos

de apoio, deve ser disponibilizado em formatos alternativos, que permitam ao educando acessar seu conteúdo. Esses recursos podem ser o áudio, meio eletrônico e o BRAILLE¹⁴. O educador deve ter por hábito registrar, em áudio, suas aulas, de forma a torná-las disponíveis para revisões.

Recursos didáticos como o RAZONETE (em "T"), por exemplo, podem ser reproduzidos em relevo com indicações de DÉBITO E CRÉDITO em BRAILLE, para que o educando possa, através do toque, melhor compreender seu funcionamento e aplicabilidade.

A postura do educador é importante. Falar diretamente ao aluno, e com tom de voz moderado, eleva a auto-estima do educando pois, ao contrário do que muitos pensam, a deficiência visual não implica, necessariamente, surdez.

Outras limitações

As sugestões de ordem pedagógica, anteriormente referidas para as limitações, visuais e auditivas, são válidas e poderão ser adaptadas para outros tipos de "necessidades especiais" do educando.

Deve-se sempre considerar que poderão ocorrer ajustes em função de particularidades relacionadas às características específicas do tema ou da abordagem que se pretenda fazer, bem como prever que um mesmo educando poderá apresentar mais de uma limitação, o que, certamente, implicará uma maior atenção por parte do educador.

Tecnologia Inclusiva: um instrumento mediador

Os recursos tecnológicos no ambiente acadêmico devem ser adequados para permitir o acesso do educando ao material didático, além de permitir a realização de tarefas básicas tais como acesso à biblioteca e utilização de laboratórios de PRÁTICAS CONTÁBEIS e de INFORMÁTICA.

Com grande velocidade surgem novas tecnologias, as quais, à medida que

facilitam a execução de tarefas anteriormente inviáveis, restringem o número de pessoas que a elas possam ter acesso. Essa característica dúbia – que inclui uns e exclui outros tantos – tem sido objeto de preocupação de pesquisadores e fabricantes, sobretudo no que se refere à acessibilidade de seus produtos e serviços.

FERREIRA (2001) define acessibilidade como sendo "facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção". No cenário de tecnologias, este conceito tem sido ampliado para o trato das diversas formas de implementação para viabilizar a utilização destas mesmas tecnologias por "portadores de necessidades especiais". Instrumentos cada vez mais complexos e sofisticados têm sido incorporados a equipamentos e programas (*hardware* e *software*), adequando-se cada vez mais às limitações de visão, audição e motricidade de seus usuários.

A interação entre usuário e máquina ou usuário e software deve ser encarada como sendo o elo entre a porção humana e a porção computacional. Infelizmente, esses pontos de contato são extremamente dependentes do perfeito funcionamento dos sistemas sensoriais e motores. A visão é o recurso principal para permitir a leitura de uma tela de computador, da mesma forma que as habilidades motoras são imprescindíveis para a utilização de mouse, teclado e outros acessórios.

Algumas iniciativas têm procurado minimizar essas dependências, permitindo que, cada vez mais, "portadores de necessidades especiais" tenham acesso à tecnologia. Para os indivíduos com limitações no campo visual, podemos citar o DOSVOX¹⁵, que é um "pacote" de programas e utilitários especialmente desenvolvidos com recursos que reproduzem a voz humana para facilitar a utilização de aplicações como "transmissores de arquivos", "navegadores de internet", "editores de texto", entre outros. Outro software auxiliar neste pro-

Os recursos tecnológicos no ambiente acadêmico devem ser adequados para permitir o acesso do educando ao material didático, além de permitir a realização de tarefas básicas tais como acesso à biblioteca e utilização de laboratórios de PRÁTICAS CONTÁBEIS e de INFORMÁTICA.

cesso de inclusão é o VIAVOICE¹⁶, que permite ao usuário comunicar-se com o computador, por voz, e receber informações através de textos falados.

Já os "portadores de necessidades especiais" relacionadas à mobilidade física contam com o MOTRIX¹⁷, que é um software que permite que pessoas com limitações motoras graves, em especial a tetraplegia e distrofia muscular, possam ter acesso a microcomputadores, permitindo, assim, em especial com a intermediação da Internet, um acesso amplo à escrita, leitura e comunicação. O acionamento do sistema é feito através de comandos que são falados num microfone.

Os exemplos mencionados são produzidos e comercializados (alguns até gratuitos) em escala profissional, o que viabiliza a adoção destes instrumentos no ambiente educacional inclusivo.

Sistema de avaliação inclusivo: aferindo resultados

O esforço para facilitar e viabilizar a absorção do conteúdo pode ser perdido se o sistema avaliativo for traumático e inadequado à "necessidade especial" apresentada. O educando poderá necessitar de tempo extra durante as avaliações ou mesmo de suporte especial, de acordo com suas condições:

Físicas: Devem ser feitas em local com acessibilidade garantida, inclusive com banheiros e mobiliário adequados à situação. Nos casos de comprometimento nos membros superiores, deverá estar, à disposição do educando, auxílio para transcrição das respostas.

Auditivas: Deverá estar à sua disposição um especialista em Libras - Língua de Sinais - para que seja corretamente orientado no decorrer das avaliações.

Visuais: Para as limitações parciais, as avaliações poderão ter o texto ampliado. No caso de limitação total, a avaliação deve estar disponível em BRAILLE. Em ambos os casos, é recomendado que se coloquem à disposição profissionais treinados para fazer a leitura de toda ou de parte da avaliação. Poderá ainda ser adotado o recurso de avaliação oral.

A prática de avaliações diferenciadas deve ser usada com bastante cautela, uma vez que pode caracterizar-se como incoerência no processo, já que o objetivo é promover a inclusão. A avaliação diferenciada pode despertar ideia de discriminação, segregação, transformando-se em um fator de exclusão.

Considerações conclusivas: um enfoque social para uma ciência social

A já famosa e apregoada "educação para todos" conclama os educadores seriamente comprometidos com a educação a retrair-la dos ensaios meramente teóricos e reflexivos e levá-la aos "bancos da escola" para que nela se assentem todos. Uma educação inclusiva não se faz somente com leis, da mesma forma que não se pode decretar o fim da miséria e da fome por instrumentos meramente burocráticos. Assim, também a inclusão no ensino da Contabilidade não pode ater-se somente a postulados e teoremas.

A Contabilidade nos chama a um remodelamento do processo de ensino-

la, não deve mais haver uma "receita de bolo" para se compreender as "PARTIDAS DOBRADAS" ou a eficiência das "ANÁLISES DE BALANÇOS" para evidenciar a saúde das empresas. É preciso mais...

O princípio da igualdade, base da sociedade que hoje conhecemos, talvez seja o maior dificultador de uma educação inclusiva. Todos devem ter direitos iguais, contudo respeitando-se suas limitações que não devem ser encaradas como deficiências e, sim, como diferenças.

O slogan "CONTABILIDADE: CIÊNCIA SOCIAL SOMANDO ESFORÇOS NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PAÍS" é uma iniciativa importante, mas é preciso materializá-la também nas salas de aulas, de forma inclusiva, permitindo, aos milhares de excluídos "portadores de necessidades especiais", oportunidades iguais no campo social e educacional.



* Ranylson de Sá Barreto Neto - Bacharel em Ciências Contábeis - Centro Universitário Newton Paiva. Pós-Graduado - MBA Executivo em Tecnologia da Informação. Mestrando pela Universidade de Pedro Leopoldo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - *Normalização da documentação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.
- BARTALOTTI, Celina. *Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e Perspectivas*. 1ª ed. São Paulo, 2001.
- FERRERA, Aurélio Buarque de Holanda. *Modificação da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Paulo Freire por si mesmo*. Conscientização. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- GALLIANO, A. G. *O método científico: teoria e prática*. 1ª ed. São Paulo, Harbra, 1996.
- MORGADO, J. *A relação pedagógica: diferenciação e inclusão*. 1ª ed. Lisboa, Presença, 1999.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Ser ou estar, eis a questão. Compreendendo o déficit intelectual*. 1ª ed. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

- MASINI, Elie F. Sabano. *O Perceber e o Relacionar-se do Deficiente Visual*. Brasília, CORDE, 1994.
- SÁ BARRETO, Ranylson de. *O Ensino Superior de Contabilidade: Reflexões para o 2º ANO*. Belo Horizonte, CRCMG, 2001.
- SCHWARTZMAN, José Salomão. *Parálisis Cerebral. Temas Sobre Desenvolvimento*, São Paulo, 1993.

NOTAS

- 1 SIDNEY 2000: Atletas olímpicos, 12 medalhas (6 de prata e 6 de bronze). Atletas paraolímpicos, 22 medalhas (seis de ouro, dez de prata e seis de bronze). COB - Comitê Olímpico Brasileiro em <http://www.cob.org.br>.
- 2 Segundo MANTOAN (1997), portador de necessidade especial é qualquer indivíduo que necessite de adaptações ou recursos diferenciados em seu processo de educação e aprendizagem, decorrentes de qualquer espécie de limitação - visuais, auditivas, mentais, motoras, ou mesmo de condições ambientais desfavoráveis - que o coloquem em desvantagem no processo de aproveitamento das diretrizes educacionais a ele destinadas.
- 3 Lei 5374, de 20 de dezembro de 1996, Capítulo V - Da Educação Especial - (Artigos 50 a 60).
- 4 Publicado na Revista Mineira de Contabilidade - Publicação do CRCMG / 4º Trimestre/2001, n.º 5 e na Revista Pensamento Contábil - Publicação do Unicenpar Newton Paiva / 2002, n.º 1. Trabalho apresentado durante a III Convenção de Contabilidade - CRCMG OUT/2001, onde recebeu a premiação de 1º colocado no tema EDUCAÇÃO.
- 5 MEC - Ministério da Educação e Cultura em <http://www.mec.gov.br>, acesso em 12/01/04.
- 6 Fonte: CENSO ESCOLAR 2000 - MEC, acesso em 12/01/04.
- 7 Para fins meramente didáticos e ilustrativos, abordarei de forma mais pontualizada as "necessidades especiais" relacionadas à "limitação visual" e à "limitação auditiva".
- 8 Deficiência auditiva é considerada genericamente como a diferença existente entre a performance do indivíduo e o habilidade normal para a detecção sonora de acordo com padrões estabelecidos pela American National Standards Institute (ANSI - 1989).
- 9 Segundo MASINI (1994), o termo deficiência visual refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõem o grupo de visão subnormal ou baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira) segundo a OMS, o indivíduo com baixa visão ou visão subnormal é aquele que apresenta diminuição das suas respostas visuais, mesmo após tratamento e/ou correção óptica convencional, e sua acuidade visual menor que 6/18 à percepção de luz, ou um campo visual menor que 10 graus do seu ponto de fixação, mas que ele ou é potencialmente capaz de usar a visão para o planejamento e/ou execução de uma tarefa.
- 10 O Braille é um sistema de leitura e escrita tátil para as pessoas cegas. Surgiu na França em 1825, sendo o seu criador o francês Louis Braille que ficou cego aos três anos de idade, vítima de acidente seguido de oftalmia. Este sistema consiste do arranjo de seis pontos em relevo, dispostos no vertical em duas colunas de três pontos cada. Os seis pontos formam o que se convencionou chamar de "Cela Braille". MASINI (1994).
- 11 LFRJ (<http://mte.ufjf.br/auddosvoca>), acesso em 12/01/04.
- 12 IBM (<http://www.ibm.com/software/speech/br/>) acesso em 13/01/04.
- 13 LFRJ (<http://interloc.nce.ufjf.br/motra>) acesso em 14/01/04.